



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 57/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 05 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Audição Parlamentar sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011

09:30 - 09:40 - Introdução pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, Deputado Vitalino Canas, que procedeu ao enquadramento da iniciativa que se realiza anualmente entre os vários interlocutores políticos, ao nível europeu, nacional e regional, sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para cada ano. Para 2011, destacou as cinco prioridades políticas enunciadas pelo Presidente José Manuel Durão Barroso, quando do seu primeiro Discurso sobre o Estado da União, proferido, em Setembro, no Plenário do Parlamento Europeu, a saber: abordar a crise económica e criar uma dinâmica de recuperação; restabelecer o crescimento gerador de emprego, acelerando o programa de reformas da Europa 2020; criar um espaço de liberdade, justiça e segurança; lançar negociações para um orçamento da UE moderno e reforçar a influência da UE na cena mundial. Por fim, salientou como prioridades das prioridades o combate à crise económica e a criação de emprego, assim como a prossecução da Estratégia 2020 e as perspectivas orçamentais da UE.

09:40 - 10:00 - Apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011 pela Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Dra. Margarida Marques, salientando as seguintes prioridades: restabelecer o crescimento gerador de emprego: acelerar o programa para 2020 (garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, concretizar o reforço da governação económica, nomeadamente através do início do Semestre Europeu, completar a reforma da regulação financeira e explorar o potencial de crescimento do mercado único; prosseguir a Agenda para os Cidadãos: liberdade, segurança e justiça; desenvolver a participação da Europa no mundo: reforçar a influência da

UE na cena mundial; privilegiar os resultados face aos instrumentos: tirar o maior proveito das políticas da UE, incluindo um orçamento moderno para o futuro da Europa e a promoção de uma regulamentação inteligente. No tocante especificamente a Portugal, considerou cinco prioridades: as iniciativas relativas à Europa 2020, recordando que 2011 seria o ano europeu para o voluntariado e a aplicação do programa "Jovens em Movimento"; a governação económica e a regulação dos serviços financeiros; a concretização do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça; as negociações referentes ao quadro financeiro plurianual; a comemoração dos vinte e cinco anos da adesão de Portugal à UE, com um programa que actividades com alunos de várias escolas do país, sublinhando que o trabalho da Representação da Comissão Europeia em Portugal se continuaria a pautar pelo lema "go local" e permaneceria assente em parcerias, apelando aos Srs. Deputados para participarem nestas iniciativas.

10:00 - 10:20 - O impacto para Portugal do Programa de Trabalho da Comissão Europeia pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie. Depois de passar em revista o ano de 2010 e as importantes decisões tomadas (o acordo sobre a Estratégia Europa 2020, mais focada, ao prever iniciativas específicas para a sua implementação e ao reforçar a sua governação; avanços significativos na regulação e supervisão do sistema financeiro, como a aprovação do pacote relativo às medidas de supervisão financeira e, no domínio da transparência, a adopção da Directiva sobre os gestores de Fundos de Investimento alternativos (*Hedge Funds*); uma nova arquitectura de Governação económica; a implementação do Tratado de Lisboa, em particular com o estabelecimento do Serviço Europeu para a Acção Externa), discorreu sobre se a UE estaria em crise e considerou que 2011 seria um ano determinante para o futuro do projecto europeu, por ser o ano da implementação efectiva de muitas das decisões tomadas em 2010 na reposta à crise económica e financeira e à crise do euro. Recordando tratar-se de uma crise de governação da zona euro, referiu que as primeiras respostas deveriam ser nacionais, ao nível da consolidação das contas públicas e das reformas estruturais, pré-requisito para uma resposta europeia, conjunta, para reforçar a União Europeia, o seu crescimento económico e a sua coesão. Apelou, assim, a uma abordagem realista e pragmática, assumindo as consequências da soberania partilhada com uma necessária coordenação de políticas económicas e com a solidariedade do seu conjunto. Salientou a apresentação da proposta da Comissão Europeia para o quadro financeiro plurianual para o período pós-2013 como uma das principais prioridades do Programa de Trabalho da Comissão, considerando estar subjacente à negociação das Perspectivas Financeiras um debate estratégico sobre o processo de integração e sobre o desenvolvimento das políticas europeias, numa perspectiva de médio e longo prazo. Expressou a sua

oposição ao argumento de fazer corresponder nas políticas europeias o nível de austeridade a que estão sujeitos os orçamentos nacionais, recordando que o papel do orçamento comunitário era significativo no crescimento e na coesão do espaço europeu, sobretudo em período de crise, onde podia ter um importante papel anti-cíclico, apostado em implementar a Estratégia Europa 2020 e tendo subjacentes o crescimento sustentado e o reforço da competitividade. Destacou a importância que a Política de Coesão devia assumir no processo de recuperação económica, devendo ter em conta as especificidades e as realidades próprias a cada região. No contexto da negociação do Quadro Financeiro Plurianual, considerou que o sistema de recursos próprios da União devia respeitar os critérios de equidade, suficiência de meios, estabilidade, simplicidade e transparência, contestando os mecanismos de correção de desequilíbrios orçamentais (rebates), que têm constituído um elemento de distorção do actual sistema de financiamento. Mostrou-se aberto a uma eventual introdução de novos recursos no sistema de financiamento da União Europeia, assim como considerou importante equacionar o lançamento de emissões de obrigações para o financiamento de projectos concretos de interesse europeu, podendo constituir um primeiro passo na lógica de criação de obrigações europeias (eurobonds), uma vez que, recordou, uma das maiores distorções ao mercado interno era a disparidade das condições de financiamento nacionais. Por fim, referiu-se à necessidade de reforçar a influência da Europa na cena internacional como forma de recuperar da crise e para a promoção da competitividade global da Europa e defendeu o rápido avanço da implementação do Serviço Europeu de Acção Externa. O desenvolvimento das relações com os seus parceiros estratégicos, a sua política de vizinhança (a leste e a sul), o estabelecimento de relações diferenciadas com os seus parceiros, com base nos princípios do mérito e da condicionalidade, o desenvolvimento da política comercial comum e, por fim, a capacidade de executar uma política externa verdadeiramente global, com o desenvolvimento das relações com os continentes africano e latino-americano, foram assinalados como os principais objectivos da UE ao nível da sua acção externa. De resto, sublinhou e elogiou o papel da Comissão Europeia no processo de decisão europeu, a que Portugal se tem associado desde há vinte e cinco anos.

10:20 - 12:30 - Debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia com a participação de Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, de Srs. Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu (Srs. Deputados Mário David (PPE), Nuno Melo (PPE), Edite Estrela (PS), Ana Gomes (PS), Capoulas Santos (PS), Correia de Campos (PS), Elisa Ferreira (PS) e João Ferreira (PCP)), de uma Delegação de Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Srs. Deputados Francisco Coelho (Presidente da ALRA) (PS), Pedro Gomes (Presidente da Comissão Política Geral)

(PSD), António Pedro Costa (PSD), José San-Bento (PS), Lizuarte Machado (PS), Cláudio Lopes (PSD) e Abel Moreira (CDS/PP) e de uma Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (Srs. Deputados Coito Pita (Presidente 1ª Comissão) (PSD)), Pedro Emanuel Coelho (PSD), Medeiros Gaspar (PSD), Savino Correia (PSD), Jaime Filipe (PSD), Vicente Pestana (PSD), Bruno Macedo (PSD), Lino Abreu (CDS/PP) e Leonel Nunes (PCP)).

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu Correia de Campos (PS) identificou a ausência de iniciativas na área do aprofundamento do Mercado Interno como a grande lacuna do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Medeiros Gaspar (PSD) quis saber se estaria prevista a participação das Assembleias Regionais no acompanhamento do processo negocial que terá início com a apresentação, por parte da Comissão Europeia, das propostas para o novo quadro financeiro plurianual (QFP) até Junho próximo e qual seria a proposta do Governo Português sobre a relação do novo QFP com as regiões ultraperiféricas, referindo o envio de dois memorandos (a 14/10/2009 e a 7/5/2010), contendo propostas concretas sobre medidas necessárias para as regiões ultraperiféricas.

O Sr. Deputado Pedro Gomes (Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e Presidente da Comissão de Política Geral (PSD)) apelou à necessidade de se criar uma articulação mais eficaz e actuante entre as várias instituições nacionais e regionais durante 2011, sobretudo no tocante às negociações do QFP;

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), salientou a comemoração dos vinte e cinco anos da adesão de Portugal na UE e a indiscutível posição comum do PSD e do PS sobre a integração do país no projecto europeu, chamou a atenção para os efeitos da UE ter crescido muito rapidamente e sem consolidação, recordou a atribuição de apenas cinco minutos a cada Grupo Parlamentar para o debate sobre Assuntos Europeus que ocorreria da parte da tarde no Plenário, quis saber como é que Portugal estaria a seguir a implementação das decisões adoptadas em 2010, como, por exemplo, o semestre europeu e a definição dos detalhes de aplicação do mecanismo europeu de estabilidade, criticou a atitude reactiva do Governo Português, relativamente aos mercados e às exigências da UE, nomeando as cinquenta medidas adoptadas pelo Governo na véspera do Conselho Europeu, relativamente ao mecanismo europeu de estabilidade, quis saber o real significado da expressão "rigorosa condicionalidade" contida no aditamento que foi proposto

pela Presidência do Conselho da UE ao artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia "3. Os Estados-Membros cuja moeda seja o euro podem criar um mecanismo de estabilidade a accionar caso seja indispensável para salvaguardar a estabilidade da área do euro no seu todo. A concessão de qualquer assistência financeira necessária ao abrigo do mecanismo ficará sujeita a rigorosa condicionalidade".

A Sra. Deputada ao Parlamento Europeu Edite Estrela (PS), que considerou que a resposta europeia à crise fora tardia, lenta e insuficiente e que a UE tinha tido falta de liderança e de iniciativa, assumindo uma atitude reactiva e não de antecipação. Assinalou como ponto forte do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011, o pacote energético e, como pontos fracos, a inexistência de iniciativas na área do combate às desigualdades e chamou a atenção para o facto do sucesso da Estratégia 2020 estar dependente da atribuição de um orçamento adequado. Por fim, sugeriu seis temas prioritários para efeitos de escrutínio parlamentar nacional: 1) o pacote energético, nomeadamente a Directiva relativa à eficiência energética e às economias de energia, que se prevê que a Comissão Europeia publique durante o 3.º trimestre de 2011; 2) a Proposta de um novo Quadro Financeiro Plurianual, nomeadamente propostas em matéria das diferentes áreas políticas, que se prevê que a Comissão Europeia publique durante o 2.º trimestre de 2011; 3) a Revisão da directiva relativa ao tempo de trabalho (Directiva 2003/88) (Reporte de 2010), que se prevê que a Comissão Europeia publique durante o 3.º trimestre de 2011; 4) As matérias relacionadas com a Política Agrícola Comum; 5) o pacote referente ao reforço da governação económica e início do Semestre Europeu, que se prevê que a Comissão Europeia publique durante o 1.º trimestre de 2011; 6) o Livro Branco sobre as pensões, que se prevê que a Comissão Europeia publique durante o 3.º trimestre de 2011.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP), que recordou as experiências dos modelos adoptados pelos países Bálticos no combate à crise, considerou que o Programa da Comissão Europeia não dava respostas aos principais problemas dos europeus, recordou a proposta da França, do Reino Unido e da Alemanha de reduzir as contribuições nacionais para o orçamento da UE e criticou a proposta, do eixo franco-alemão, mas aprovada por unanimidade, de alteração do Tratado de Lisboa, considerando necessário começar a repudiar expressamente este tipo de iniciativas;

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu Mário David (PSD) que defendeu o modelo social europeu e mostrou-se contrário à decisão da abertura do mercado europeu aos têxteis do Paquistão, defendeu a absoluta necessidade de definir geograficamente os limites para a adesão à UE. Chamou também a atenção para a

importância do pacote energético e para a resistência da França ao aumento do fluxo de transporte de energia da Península Ibérica, atravessando os Pirenéus. Sobre o QFP, referiu a necessidade de credibilizar a forma como são realizadas as reformas e mostrou-se apreensivo quanto às futuras negociações em torno do QFP. Lamentou que Portugal não tivesse conseguido um resultado mais satisfatório na distribuição das chefias das delegações da UE, no âmbito da implementação do Serviço Europeu de Acção Externa, considerando ter faltado ambição nacional e estimulação de candidaturas para alguns lugares. Por fim, lamentou o papel do Banco de Portugal no processo referente a dois bancos portugueses, considerando que essa actuação da entidade reguladora nacional do sistema financeiro não contribuía para credibilizar o país.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores José San-Bento (PS) começou por dizer que, no tocante à Política Comum de Pescas, considerava que Portugal devia pugnar por que se repusesse o limite da zona económica exclusiva das 200 milhas, ampliando as actuais 100 milhas. Em relação à Política Agrícola Comum (PAC), defendeu que a posição de Portugal deveria concorrer para a ideia de que fosse previsto um período de transição até ao desmantelamento do regime de quotas pós 2013, sobretudo no referente às quotas para a produção de leite, sublinhando o facto de a PAC constituir um elemento importante de coesão. Quanto à Política de Transportes, recordou algumas das negatividades permanentes das regiões ultraperiféricas, nomeadamente o facto de nos Açores não existir alternativa ao transporte aéreo. Por fim, considerou que a Comissão Europeia deveria retomar a liderança do projecto europeu, sob pena de um grupo de Estados-Membros poder tencionar moldar as instituições europeias aos seus objectivos nacionais.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e Presidente da Comissão Especializada de Política Geral e Juventude Coito Pita (PSD) apelou a um debate apaixonado sobre estes temas, mostrou-se solidário com as preocupações manifestadas pelo orador anterior e salientou o facto do mundo, e da Europa, se estar a deslocalizar para oriente.

A Sra. Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal e o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus usaram da palavra para responder às questões colocadas, tendo sido salientadas as iniciativas que concretizarão a Lei do Mercado Interno, o pacote energético, o Quadro Financeiro Plurianual, a Estratégia 2020, assim como os benefícios que se esperam decorrerem da criação da macro região ultraperiférica da Macaronésia, o contexto de crise e de políticas de

austeridade por parte dos Estados-Membros, os resultados positivos subsequentes à negociação com a Comissão Europeia dos memorandos acima referenciados.

O Sr. Deputado João Galamba (PS) considerou incompreensível o facto da Comissão Europeia não proceder à distinção de tipos de despesa e considerou não poder existir um verdadeiro governo económico sem capacidade de emissão de dívida e sem uma mínima harmonização fiscal, considerando que a concorrência fiscal tinha efeitos perversos.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) congratulou-se com o vigésimo quinto aniversário da adesão de Portugal à UE, reforçou o pedido de esclarecimentos quanto aos resultados de Portugal no cômputo geral da distribuição das chefias das delegações da UE, no âmbito da implementação do Serviço Europeu de Acção Externa, e manifestou a sua perplexidade em relação à inexistência de qualquer referência sobre a questão demográfica e da sua relação com a sustentabilidade do modelo social europeu no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) considerou que a urgência do debate se centrava no entendimento quanto às melhores políticas para fazer crescer os níveis de emprego e à monitorização da implementação da governação económica da UE, incluindo os seus dois principais instrumentos, o semestre europeu e a reforma do PEC. Alertou para o facto de Portugal, segundo os objectivos traçados ao nível europeu, ter apenas dois anos para reduzir o défice para 3% do PIB e a dívida pública para 60%, ficando, assim, condicionado pela prudência orçamental. Quis saber a posição do Governo sobre o pedido de adesão da Roménia e da Bulgária ao Espaço Schengen e, por fim, sobre o Livro Verde das Pensões.

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu João Ferreira (PCP) considerou que as propostas contidas no pacote sobre a governação económica constituíam um ataque à soberania nacional e à Constituição da República Portuguesa. Quis saber a posição do Governo relativamente à questão das sanções e considerou que a UE deveria abordar de forma mais efectiva a necessidade do aumento do emprego e o combate à pobreza. Manifestou-se favorável ao necessário aprofundamento do Mercado Interno e expressou a sua preocupação em relação aos avanços da política comercial e às negociações com a OMC, a favor dos interesses de alguns Estados-Membros e em detrimento dos interesses de importantes sectores de actividade portugueses. Considerou necessário o reforço do orçamento da UE, com base numa contribuição proporcional ao rendimento bruto de cada Estado-Membro, numa lógica redistributiva, considerando que a atribuição de novas competências teria de ser acompanhada de um reforço de meios. Tendo em conta o reforço do orçamento

numas áreas, perguntou se os fundos seriam retirados da Política Agrícola Comum, da Política Comercial Comum e da Política de Coesão. E perguntou qual seria a posição do Governo Português se vencesse a ideia da manutenção dos recursos e, nesse caso, quando é que adoptaria uma posição mais firme sobre esta questão.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Lino Abreu (CDS-PP) sublinhou o objectivo de um crescimento inteligente e sustentável no âmbito da estratégia da Europa 2020.

A Sra. Deputada ao Parlamento Europeu Ana Gomes (PS) agradeceu o convite, salientou a importância do debate e apelou a que se repetissem este tipo de reuniões. No respeitante ao trabalho das instituições europeias para 2011, sublinhou as medidas de implementação do Programa de Estocolmo, nomeadamente em relação à luta anti-corrupção e à protecção de dados, destacando a negociação do acordo entre a Comissão Europeia e os EUA. Apelou a que Portugal não ratificasse o acordo bilateral em negociação com os EUA sem que o acordo UE/EUA estivesse concluído, recordando que, para além de valores, a UE também tinha interesses a defender. Referiu-se ainda ao recente Serviço Europeu de Acção Externa, à Política Europeia de Segurança e Defesa e às auto-estradas marítimas. Relativamente à Governação Económica, considerou que muito havia ainda a fazer, nomeadamente no que se refere à regulamentação e apelou a uma posição mais firme por parte dos actores políticos portugueses, destacando os Deputados.

A Sra. Deputada da Comissão de Assuntos Económicos, Energia e Inovação, Maria Paula Cardoso (PSD) quis saber como estava a decorrer o debate em torno do futuro da Política de Coesão, a execução do QREN e apelou à importância do apoio às PME, nomeadamente com a criação de bolsas de valores regionais.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Jaime Filipe (PSD) apelou a uma reflexão sobre o mecanismo europeu de reacção face a catástrofes naturais, testemunhando que, no caso da Madeira, não funcionou como seria expectável. Considerou que se deveriam rever os indicadores sociais e económicos para efeitos de atribuição de fundos, considerando injusta a referência apenas ao PIB.

A Sra. Deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira (PS) atentou sobre o risco do primeiro ano de aplicação do Tratado de Lisboa se revelar uma desilusão, notando a falta de iniciativa e dificuldade de afirmação por parte da Comissão Europeia e, simultaneamente, o fortalecimento do eixo franco-alemão. Congratulou-se pela



organização da reunião, considerando que promovia o reforço dos laços interinstitucionais e permitia o alinhamento de estratégias sobre temas de interesse comum. Recordou que na comemoração dos dez anos da UEM foi constatado o aumento das disparidades entre os Membros da zona euro e considerou que a UE não tinha ainda sido capaz de produzir medidas anti-cíclicas. No respeitante ao objecto da reunião, destacou as seguintes prioridades: 1) as medidas referentes à governação económica (recordou que as seis iniciativas do Pacote "Governação económica" se encontravam no PE para debate e chamou a atenção para o facto da economia real estar a ser menosprezada); 2) o quadro financeiro plurianual, sobretudo no respeitante às novas fontes de financiamento, por exemplo, o debate em torno de um imposto sobre transacções financeiras; 3) o aprofundamento da UEM (*eurobonds*) e a agenda económica externa; 4) a regulamentação do sistema financeiro, considerando a necessidade de um mínimo de harmonização fiscal.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) destacou a importância da participação dos Parlamentos nacionais no processo de decisão europeu e lamentou a atribuição de apenas cinco minutos para cada GP no debate plenário agendado para essa tarde sobre assuntos europeus. Considerou que se deveria aprofundar o debate parlamentar entre os presentes e reforçar as relações entre a Assembleia da República e o Governo (com excepção à relação regular com a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus já existente), nomeadamente com o Ministério das Finanças, da Economia, do Ambiente, etc. Por fim, considerou impossível cumprir, ao nível europeu, novos objectivos com a atribuição dos mesmos recursos e perguntou, na sequência da criação do Serviço Europeu de Acção Externa, de que forma se iria reestruturar a rede diplomática portuguesa.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Leonel Nunes (PCP) recordou que a intempérie na Madeira ocorrera em Fevereiro de 2010 e os fogos florestais no Verão do mesmo ano e que, apesar de ter sido aprovada a atribuição do fundo de solidariedade por parte da UE, até ao momento, não tinha ainda sido concretizado. Relatou os problemas no sector agrícola, o aumento do custo de vida das populações e apelou a uma maior fiscalização da atribuição dos fundos europeus, verificando se eram, de facto, atribuídos às populações alvo.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Savino Correia (PSD) apelou a que a questão da ultraperiferia fosse mais debatida ao nível da UE, que se concretizasse em medidas de apoio efectivo a essas regiões e defendeu que se promovesse mais o empreendedorismo.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) salientou as iniciativas decorrentes do pacote da Governação Económica, a implementação do Serviço Europeu de Acção Externa e a importância das relações da UE com o resto do mundo, designadamente com os EUA, a China, o Brasil e a Índia e quis saber quais tinham sido os maiores obstáculos aos progressos da cidadania europeia.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Pedro Emanuel Coelho (PSD) quis saber do estado da arte acerca do debate sobre o apoio da UE ao Centro Internacional de Negócios da Madeira.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Vicente Pestana (PSD) focou nas consequências da Política Comum de Pescas, nomeadamente na delapidação de recursos por parte de grandes frotas de outros Estados-Membros.

O Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) referiu-se aos *eurobonds* e salientou a importância da coesão territorial para Portugal e da negociação do quadro financeiro plurianual.

O Sr. Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira Bruno Macedo (PSD) considerou que no debate sobre as consequências da crise se deveria ter em conta a questão específica da ultraperiferia, considerou necessária a revisão do instrumento de resposta a intempéries e referiu também a questão do Centro Internacional de Negócios da Madeira. Por fim, quis saber qual era a estrutura no Governo para efeitos de defesa dos interesses das regiões autónomas.

O Sr. Deputado Luís Miguel França (PS) apelou para a necessidade de maiores incentivos fiscais para o Centro Internacional de Negócios da Madeira.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus usou da palavra para responder às questões colocadas, considerando que o mercado único da energia era uma questão fundamental para Portugal, nomeadamente no referente às interligações. Sobre o Serviço Europeu de Acção Externa, recordou tratar-se do primeiro ano da sua implementação e da adaptação, inclusivamente, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à rotina deste Serviço e informou que Portugal chefiaria cinco delegações da UE, a saber: Washington, Camarões, Venezuela, Kiev e Gabão (que inclui também São Tomé e Príncipe). Esclareceu que os postos, os concursos e as candidaturas serão rotativos e referiu que Portugal contribuiu para a preparação de candidatos bons e credíveis, com acções de formação, tendo em conta as prioridades da política externa portuguesa e com a ambição de ocupar lugares de

relevância. Concluiu esta questão, dizendo que, em termos comparativos, Portugal estava bem situado. Relativamente à adesão da Roménia e da Bulgária ao Espaço Schengen, recordou o facto de ter sido Portugal a criar, em 2007, o sistema "SIS One4All" para os novos Estados-Membros e que, coerentemente, a sua posição mantinha-se também para a Roménia e a Bulgária, assim que cumpridos os critérios. No referente às sanções, considerou fazerem parte da UEM, colocando a ênfase na responsabilidade nacional de cada Estado-Membro. Falou das fragilidades da zona euro colocadas em evidência pela crise, considerando só serem ultrapassáveis em comum e sublinhando a aceção de que a acção de um Estado tinha consequências nos outros Estados e que o desenvolvimento da resposta à crise se encontrava ainda desequilibrado. Informou que a posição assumida pelo Governo Português era favorável ao recurso a um imposto sobre transacções financeiras. Relativamente à questão dos acordos sobre transmissão de dados entre a UE/EUA e Portugal/EUA, distinguiu os dois tipos de acordo, precisando que o primeiro era referente a dados de passageiros de transportes aéreos e que estava a ser negociado entre a CE e os EUA e que o segundo era referente à prevenção e luta contra o crime organizado, incluindo cooperação policial e judicial na transmissão de dados de suspeitos de crimes graves, informando que outros quinze Estados-Membros já tinham concluído acordos bilaterais análogos. No referente aos níveis de execução do QREN, referiu que Portugal era o quarto Estado-Membro com maior volume de transferências totais (sendo que nos três primeiros lugares figuravam Espanha, Polónia e Alemanha) e que, especificamente em relação à execução do Fundo Social Europeu, Portugal era o Estado com mais elevados níveis de execução. Relativamente aos indicadores sócio-económicos para efeitos de atribuição de fundos, considerou que o PIB era um bom indicador, mas concordou que deveria ser associado a outros indicadores que pudessem reflectir as especificidades das regiões ultraperiféricas. Apelou à importância do papel do PE na presente difícil fase do projecto europeu e sobre a reestruturação das representações diplomáticas portuguesas, afirmou que ocorreriam na base do maior consenso político possível, concluindo, dizendo tratar-se de uma questão de gestão de recursos. Relativamente à questão do Centro Internacional de Negócios da Madeira, referiu tratar-se de matéria do âmbito de responsabilidade do Ministério das Finanças, referindo, contudo, que não considerava que, num momento em que se pedia a todo o país um esforço adicional para o combate ao défice, pudesse haver mais perda de receita. Por fim, congratulou-se pela primeira emissão de *eurobonds*.

A Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal também procurou dar resposta às questões apresentadas aquando do debate, reconhecendo a limitação da capacidade de acção da UE na sequência da crise e o seu esforço, nos últimos

dois anos, por alterar essa realidade e por dar resposta ao *dumping* fiscal existente entre os Estados-Membros. Reiterou o facto de a Estónia estar em condições para aderir à zona euro e, quanto à execução do QREN, confirmou os dados avançados pelo Sr. Secretário de Estado. Salientou a importância da execução das próximas perspectivas financeiras e o contexto desfavorável às negociações do quadro financeiro plurianual para 2014-2020. No respeitante ao fundo de solidariedade para a Madeira, recordou o facto da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu terem visitado a Ilha na sequência da intempérie e apresentado uma proposta, à qual terá havido atraso na resposta por parte das autoridades madeirenses. Em relação aos obstáculos para a plena realização da cidadania europeia, considerou residirem mais ao nível da mobilidade e participação dos cidadãos na vida política europeia.

O Sr. Presidente congratulou-se pelo debate ocorrido, com vinte e sete participações, facto que, assinalou, estimulava a continuação do diálogo entre os Deputados nacionais, europeus e regionais sobre assuntos europeus, comprometendo-se a encontrar novas oportunidades para a promoção de outros debates ao longo do ano sobre matérias de interesse comum.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de Fevereiro de 2011.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Arménio Santos  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cecília Honório  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ferreira Gomes  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Vânia Jesus  
Vitalino Canas  
Paulo Barradas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luísa Roseira